

Trapaça: um panorama sobre as investigações do tema

Trickery: a panoramic view about investigations on the theme

Trapaza: una descripción de las investigaciones del tema

Alice Melo Pessotti¹

Resumo: Ao acompanhar a crise ética em relação aos valores de vida coletiva que tem acontecido em nosso cotidiano, surge o interesse de estudar o tema da ação moral. Segundo Cortella e La Taille (2005/2009) tem havido, nas relações humanas, o predomínio da desconfiança e da insensibilidade para com o outro, o que atesta a diminuição da capacidade de vida coletiva pela qual estamos passando. A partir de então, buscamos realizar um estudo literário a fim de tentar compreender esta temática através do estudo da trapaça. Reunimos nesta revisão trabalhos oriundos de buscas realizadas nas seguintes bases de dados: BVS-psic, Portal de Periódicos CAPES, Google Acadêmico, PsycInfo, Lilacs e Scielo. Ao concluirmos nosso estudo, notamos que exigem uma série de barreiras metodológicas no que tange ao estudo da trapaça, uma vez que necessitamos da ampliação nos fatores a serem analisados para compreender esta questão. Contudo, notamos que nesta área, há uma grande variedade de métodos para a discussão da ação moral, bem como a diversidade de conceitos e hipóteses formuladas a partir deles.

Palavras-chave: ação moral; juízo moral; julgamento moral; transgressão; trapaça.

Abstract: Perceiving the ethical crisis regarding collective life values that has been in place in our everyday life, the interest in studying the theme of moral action arises. According to Cortella and La Taille (2005/2009) there has been in human actions the predominance of distrust and insensitivity towards one another, which affirms the decrease of the capacity of collective life that we have been going through as a society. Therefore, we sought to carry out a study of the literature on the subject so that we could try to comprehend this thematic through the study of trickery. We gathered in this review works found by searches done in the following databases: BVS-psic, Portal de Periódicos CAPES, Google Scholar, PsycInfo, Lilacs and Scielo. At the end of our study, we realized that there are several methodological barriers concerning the study of trickery, given that

¹ Graduada em Psicologia, especialista em Psicanálise, mestra e doutora em Psicologia. Atua como psicóloga, professora permanente do mestrado da FVC e é membro do Lapsim. E-mail: alicemelopessotti@gmail.com. Orcid: 0000-0001-7510-059X

we need the factors to be amplified when analyzed to comprehend this subject. After all, we noticed that in this area there is a great variety of methods for discussing moral action, as well as a diversity of concepts and hypotheses derived by them.

Key-words: moral action; moral thinking; moral judgement; transgression; trickery.

Resumen: Al acompañar la crisis ética en relación a los valores de vida colectiva que ocurren en nuestro cotidiano, surge el interés en estudiar la temática de la acción moral. De acuerdo con Cortella y La Taille (2005/2009) ha existido, en las relaciones humanas, el predominio de la desconfianza y de la insensibilidad para con el otro, lo que atestigua la disminución de la capacidad de vida colectiva por la que estamos pasando. A partir de entonces, buscamos realizar un estudio literario con la finalidad de intentar comprender esta temática por medio del estudio de la trapaza. Reunimos en esta revisión trabajos oriundos de búsquedas hechas en las siguientes bases de datos: BVS-psic, Portal de Periódicos CAPES, Google Académico, PsycInfo, Lilacs y Scielo. Al concluir nuestro estudio, notamos que exigen una serie de barreras metodológicas en lo que respecta al estudio de la trapaza, una vez que necesitamos de la ampliación en los factores que se van a analizar para comprender esta cuestión. Sin embargo, notamos que, en esta área, hay una gran variedad de métodos para la discusión de la acción moral, así como la diversidad de conceptos e hipótesis formuladas a partir de ellos.

Palabras-llave: acción moral; juicio moral; juzgamiento moral; transgresión; trapaza.

1. INTRODUÇÃO

Temos vivido um momento em que a ausência de sentido para a vida tem se manifestado com certa constância e, junto a esse fenômeno, a dimensão moral e, portanto, as ações morais, tem entrado em crise. Deste modo, estamos sendo tomados por uma crise ética em relação aos valores de vida coletiva, uma vez que, nas relações humanas, tem havido o predomínio da desconfiança e da insensibilidade para com o outro. Nesse contexto, despontaram problemas relacionados à conduta, que atestam a diminuição da capacidade de vida coletiva pela qual estamos passando (Bauman, 2001; Cortella & La Taille, 2009).

Nosso interesse no estudo da ação moral se inicia diante da problematização de fatos como esses que tanto tem se destacado em nosso cotidiano. Movidos por estes questionamentos, nos propusemos investigar a trapaça em seu aspecto teórico e prático, sendo este artigo produto de um recorte teórico do tema, retratado de forma mais abrangente em Pessotti (2015).

Ao realizarmos um estudo que busca compreender aspectos da moral, faz-se necessário expormos a concepção de moral e ética, que será abordada no decorrer de nossas discussões. Assim, recorreremos aos conceitos elaborados por La Taille (2006), que chama de:

(. . .) moral os sistemas de regras e princípios que respondem à pergunta ‘como devo agir?’. Como todos os sistemas morais pressupõem, por parte do indivíduo que o legitima, a experiência subjetiva de um ‘sentimento de obrigatoriedade’, identificamos esse sentimento como o invariante psicológico do plano moral (p. 49).

Portanto, segundo esse autor, a moral designa o conjunto de regras que regem a convivência social e incide sobre a dimensão das leis e sobre o dever de cada um de obedecer a elas. Por sua vez, o referido autor denomina como ética todo trabalho de reflexão sobre os princípios e fundamentos dessas regras morais. Desse modo, a ética incide sobre as razões que legitimam obediência ou não a estes princípios e faz menção:

(. . .) à pergunta ‘que vida quero viver?’, portanto, à questão da felicidade ou ‘vida boa’. E identificamos na ‘expansão de si próprio’, a motivação psicológica a ser necessariamente contemplada, para que um indivíduo experimente o sentimento perene de bem-estar subjetivo (p. 49).

De acordo com La Taille (2006) estes elementos (moral e ética) são conceitos importantes porque se complementam. Assim, para compreender os comportamentos morais dos indivíduos, precisamos conhecer suas perspectivas éticas, pois é no plano ético que se encontram as motivações que explicam as ações do plano moral. Portanto, uma ação ética necessariamente engloba uma ação moral.

Dessa maneira, este mesmo autor explica que o dever sempre está ligado a um querer, uma vez que age moralmente quem assim quer agir. Por outro lado, somente se sente obrigado a seguir estes deveres aqueles que os concebem como valores do próprio eu, como autoafirmação. Logo, age moralmente aquele que se obriga a isso e não aquele que é coagido.

Para La Taille (2006), a grande dúvida em torno de toda essa discussão é saber o motivo que leva alguns a agirem moralmente e outros não. Assim, o autor adiciona um elemento à discussão da ação, concebido como a mola propulsora na decisão de agir de acordo com os deveres morais: o autorrespeito, que diz respeito ao.

(. . .) sentimento que une os planos moral e ético, pois ele é, por um lado, expansão de si mesmo – portanto elemento da vida boa, e por outro, causa do sentimento de obrigatoriedade – motivação para a ação moral (. . .) em poucas palavras, respeita a moral quem, ao fazê-lo, respeita a si próprio (La Taille, 2006, p. 56).

Este mesmo autor ainda ressalta a importância da autoestima no que concerne à decisão de agir ou não agir moralmente. Esta consiste em “todo e qualquer estado subjetivo de valorização

de si próprio”, sendo que “o auto-respeito é a auto-estima quando regida pela moral.” (La Taille, 2006, p. 56).

Dessa forma, La Taille (2006) considera que a maioria das pessoas experimenta o sentimento de obrigatoriedade, porém, às vezes ele não é forte o bastante para dirigir suas ações e fazer com que os deveres sejam cumpridos. Logo, se o autorrespeito não foi forte o bastante para impor-se sobre os outros valores da autoestima, a pessoa é levada a agir contra a moral.

Evidenciamos que a epistemologia genética de Jean Piaget será o nosso principal referencial teórico. No entanto, contribuições de outros estudiosos da moralidade serão importantes, uma vez que Piaget abandona as pesquisas no campo da psicologia moral.

Influenciado pelas elaborações kantianas, Piaget (1932/1994) desenvolveu sua própria teoria moral regido pelo preceito de que a moral consiste em um sistema de regras, que tem seu fundamento difundido no respeito que o indivíduo adquire por elas. Para testar suas hipóteses, realizou estudos com crianças no qual propôs diversos experimentos a fim de analisar aspectos que julgou como importantes para o desenvolvimento moral. Estas pesquisas, bem como sua análise, foram publicadas integralmente no livro intitulado *O juízo moral na criança* em 1932, a única obra que o autor se reserva ao estudo empírico da moralidade.

Para estudar estes aspectos, Piaget (1994) verificou e entrevistou algumas crianças, indagando-as a respeito do funcionamento do jogo de Bolinha de Gude, desde a invenção das suas regras até sua aplicação. O autor utilizou o jogo por considerá-lo um instrumento eficaz para estudar as regras, pois ele possui “(. . .) todo um código e toda uma jurisprudência” (p. 23). Sendo assim, o jogo permitiria observar a moral infantil sem as influências adultas, pois as relações estabelecidas neste contexto são apenas entre crianças e carecem de distinção hierárquica (Piaget, 1994).

Apesar de não ter dado continuidade aos seus estudos nesta área, Piaget é um teórico de grande importância para a pesquisa na moralidade, pois inaugura o estudo deste aspecto por meio de experimentos, além de realizar discussões de grande abrangência teórica a partir da discussão realizada por grandes pensadores da moralidade (La Taille, 1992).

Por meio destes experimentos, Piaget (1994) concluiu que a formação das regras se dá a partir do desenvolvimento progressivo de dois fenômenos gerais: (a) *prática das regras*, conceituado como o modo pelo qual as crianças das várias faixas etárias aplicam as normas e (b) *consciência das regras*, que seria a maneira como elas pensam a obrigatoriedade ou não do

seguimento destas regras.

De acordo com Piaget (1994) essa correlação nos mostra como o pensamento moral, de fato, está sempre atrasado em relação à ação. Para o autor citado, a contradição entre juízo e ação é característica da criança egocêntrica, que ainda não consegue tomar consciência da sua individualidade. Sendo assim, o egocentrismo é um dos impedimentos da cooperação, uma vez que para cooperar a criança precisa estar consciente de seu eu e situá-lo no pensamento comum, sendo que para isso é necessário libertar-se do pensamento e da vontade do outro.

Neste mesmo estudo, Piaget (1994) ainda procurou analisar uma situação muito comum no contexto das crianças: a cola na escola. Ele perguntou por que é errado copiar do colega e classificou os dados obtidos em três tópicos: (a) porque é proibido, (b) porque é contrário à igualdade: as falas agrupadas neste item fazem menção ao prejuízo que a trapaça traria aos colegas, que é uma espécie de roubo, etc. e (c) porque é inútil: os argumentos giram em torno de respostas do tipo de “não aprendemos nada”, “somos sempre apanhados”, etc.

Segundo Piaget (1994), neste último tipo de resposta a criança, muitas vezes, limita-se a repetir o que aprendeu com os adultos a respeito do quanto a cola seria prejudicial. Além disso, o pesquisador verificou que o fato de não colar devido a intervenção de uma autoridade decresce com o decorrer do tempo, uma vez que a totalidade de seus participantes de seis e sete anos usaram argumentos deste tipo e apenas 15% dos de 12 anos deram esta justificativa. Em contrapartida, foi observado que as menções que englobam a igualdade fazem movimento contrário, aumentando de acordo com a idade.

Sobre a trapaça, vale iniciar uma discussão pensando em seu conceito, visto que é notório, de acordo com o que já foi discutido até então, que o conceito que o sujeito faz sobre o tema (juízo) incide diretamente sobre a possibilidade de agir ou não moralmente (ação). Assim, concordamos com Supon (2008) que a define como a ação de agir desonestamente. O termo trapaça traduz-se para a língua inglesa como *cheat* e é definido como um “procedimento fraudulento, ilícito, dolo. Procedimento para enganar ou iludir, logro, embuste” (Dicionário Larousse Cultural, 1992, p. 1108). Burrus, McGoldrick e Schuhman (2007) conceituaram a trapaça como (a) apropriação de um trabalho que não é próprio, (b) dar ou receber ajuda ilegal de outro e/ou (c) uso de conhecimento anterior de certos conteúdos, como conhecimento de um teste sem autorização do instrutor. Para Luna (2008) trapaça seria toda ação na qual uma pessoa age de má fé, com o intuito de lesar ou fazer com que o outro acredite em algo que não é verdadeiro.

Baseados em todas estas definições, podemos dizer que trapacear diz respeito a uma situação na qual uma pessoa usa de vantagens ilícitas para se beneficiar em relação a outras pessoas. Além disso, consideramos, assim como Luna (2008), que a trapaça exige malícia por parte daquele que a comete, bem como a capacidade de articulação de várias informações ao mesmo tempo. Desse modo, ao tentar trapacear durante um jogo, por exemplo, é necessário que a criança leve em consideração a estrutura da partida e tente ganhá-la desconsiderando o adversário, enganando e desrespeitando os princípios do jogo.

Segundo Macedo (2002), as regras do jogo servem justamente para não haver a trapaça. Elas são leis que fixam os limites dentro do jogo, aos quais os jogadores devem se submeter. Desse modo, as regras formam um conjunto de procedimentos externos que foram ensinados por outrem e que precisam ser respeitados para a manutenção de uma boa relação durante o jogo. Caso esse conjunto de leis seja desrespeitado, pode existir a quebra do laço social.

Conforme exposto nessa introdução teórica, a trapaça não diz respeito apenas às situações de jogos de regras, mas a qualquer procedimento fraudulento. Portanto, é possível notá-la em vários âmbitos de nosso cotidiano: na política, na mídia, nas escolas e universidades, nas empresas, etc., bem como as interferências que estes comportamentos trazem às relações humanas. Portanto, fica evidente que é possível fazer uma análise semelhante entre juízo e ação no jogo de regras e no laço social, sendo esta uma das importâncias do estudo do constructo da moralidade através da ludicidade (Piaget, 1994; La Taille, 2006).

Sendo assim, nossa proposta é a de verificar e realizar uma breve exploração e análise das metodologias que têm sido aplicadas no estudo da trapaça atualmente, visto a importância da investigação deste tema.

2. PROCEDIMENTO DE BUSCA EM BASES DE DADOS

2.1 Bases de dados pesquisadas

Reunimos nesta revisão trabalhos oriundos de buscas realizadas nas seguintes bases de dados: BVS-psic, Portal de Periódicos CAPES, Google Acadêmico, PsycInfo, Lilacs e Scielo. Salientamos também que as palavras-chave utilizadas foram 'ação moral', 'juízo moral', e 'trapaça', em português, e '*moral action*', '*moral judgment*' e '*cheat*', em inglês.

2.2 Procedimentos

Nosso foco é o estudo da trapaça no que diz respeito ao juízo e à ação moral, por meio de situação de jogos de regras. Acreditávamos que encontraríamos uma quantidade significativa de pesquisas sobre o tema, mas desde o início de nossa revisão, notamos a escassez de estudos que fizessem esse recorte, uma vez que grande parte das pesquisas que faz uso dos jogos enfoca predominantemente a análise cognitiva, e aquelas que estudam aspectos morais, o fazem por meio do estudo dos comportamentos desonestos em instituições de ensino e/ou através de entrevistas e questionários.

Logo foi possível observar que existe uma categoria mais ampla sendo estudada: os comportamentos desonestos. Estas pesquisas abrangem os trabalhos que enfocam a (a) desonestidade acadêmica, (b) a cooperação e (c) comportamentos de indisciplina, sendo que neste último tema, a trapaça aparece como resultado das investigações, não como seu objetivo primeiro.

Neste contexto, buscamos estudar todos estes temas, pois de alguma forma nos dão subsídios para discutir, analisar e compreender o comportamento de trapaça. A partir desta leitura, selecionamos aqueles trabalhos que mais nos deram contribuições para compreender como a trapaça vem sendo estudada atualmente. Portanto, para este estudo, fizemos uma análise de 22 trabalhos, entre os 44 encontrados, que tiveram maior relação com a trapaça, conforme será discutido na seção a seguir.

3. RESULTADOS

Em nossa busca em bases de dados, tivemos acessos a muitos textos que, de alguma forma, tentavam explicar as ações morais. No entanto, encontramos poucas pesquisas científicas que tratassem diretamente sobre o problema ao qual buscamos compreender: os aspectos que envolvem a trapaça. Assim, nesta seção será realizada uma explanação sobre as pesquisas que nos propuseram a reflexão dos possíveis aspectos metodológicos do estudo da trapaça.

Realizamos uma análise a partir dos pontos que consideramos ser relevantes para o estudo desta temática, a saber: (a) o objetivo dos trabalhos, (b) os participantes, (c) os instrumentos e procedimentos de coleta de dados, (d) a área de conhecimento e o referencial teórico seguido.

3.1 Os objetivos das pesquisas

Antes de discutirmos os aspectos metodológicos, notamos a importância de fazermos uma análise prévia dos objetivos das pesquisas, pois notamos certa diversidade no que tange aos objetivos de estudo em torno trapaça. Além disso, foi possível observar que, em algumas pesquisas, a trapaça não era o objeto de estudo central, mas um dos resultados encontrados. Na Figura 1 explicitamos esta informação.

Trabalhos	Objetivo do estudo	Relação com a trapaça
Fan (2000)	Verificar a influência de palestras sobre cooperação nos comportamentos cooperativos.	Os autores consideram a trapaça como o oposto da cooperação, portanto, um dado possível.
Alencar (2010)	Identificar as causas do comportamento cooperativo.	
Alencar e Yamamoto (2008)	Descrever a aplicação da teoria dos jogos no estudo da cooperação.	
Alencar, Siqueira e Yamamoto (2008)	Investigar a cooperação de crianças em ambiente escolar por meio do jogo dos bens comuns.	
Jensen e Bahunan (1974)	Verificar a influência de recompensas e punições nos comportamentos de trapaça de crianças.	A trapaça é uma possibilidade esperada pelos pesquisadores e reafirmada nos resultados.
Toner e Potts (1981)	Analisar a influência de modelos adultos no comportamento e juízo moral de crianças.	
Karniol (1982)	Verificar se o pensamento de justiça imanente influencia comportamentos e cognição.	
Ferraz (1997)	Verificar a existência de relação entre o nível de consciência das regras e o desenvolvimento de noção de regras no jogo de futebol.	
Reynolds e Ceranic (2007)	Verificar a relação do juízo e/ou da identidade moral no comportamento moral.	
Rizzieri (2008)	Verificar consciência e prática de regras em aulas de ed. física.	
Bowers (1964)	Estudar a incidência de trapaça nas universidades	Os estudos abordam diretamente os

Leming (1978)	Identificar fatores que influenciam nos comportamentos de trapaça de estudantes universitários.	comportamentos desonestos em contextos estudantis, buscando compreender suas causas e contexto.
Perry, Kane, Bernesser e Spicker (1990)	Analisar os comportamentos de trapaça em situações competitivas e não competitivas.	
McCabe e Treviño (1993)	Verificar os elementos que estão em torno da trapaça na instituição acadêmica.	
Baldwin, Dougherty, Rowley e Scwarz (1996)	Avaliar a prevalência de trapaça nas escolas de medicina.	
McCabe e Treviño (1997)	Verificar as influências dos fatores individuais e contextuais nos comportamentos de trapaça na universidade.	
Harding, Carpenter, Finelli e Passow (2004)	Buscar compreender se existe relação entre a desonestidade na universidade e na vida profissional.	
Rettinger e Kramer (2009)	Investigar a influência de fatores culturais e contextuais na decisão de trapacear.	
Teodorescu e Andrei (2008);	Analisar a percepção de estudantes em relação à trapaça e a sua relação com comportamentos de professores.	
Luna (2008);	Verificar quais as ações de disciplina/indisciplina que aparece em oficinas de jogos.	Estudo dos vários comportamentos de indisciplina, inclusive o da trapaça.
Pessotti (2010)	Investigar a relação entre juízo hipotético sobre a trapaça, prática de jogo e juízo sobre a própria ação em jogos de regras.	Investigação da influência do juízo moral na trapaça.
Pessotti, Ortega e Alencar (2011)	Investigar a trapaça no que diz respeito ao juízo moral.	
Pessotti (2015)	Investigara influência dos níveis de desenvolvimento moral na escolha sob o comportamento de trapaça ou não trapaça.	

Figura 1: Objetivos dos trabalhos pesquisados

Conforme exposto na Figura 1, a trapaça está inserida em uma série de temas de estudos no que tange à moralidade. No entanto, é importante ressaltar que há um aspecto em comum nestes trabalhos, que é a tentativa de compreender as situações, os contextos e/ou as motivações em que

as regras vigentes ou os padrões morais não são seguidos, ou seja, as pesquisas giram em torno da seguinte pergunta: o que leva os sujeitos a agirem honestamente ou desonestamente? Neste sentido, os autores buscam estudar causas contextuais aos sujeitos e/ ou subjetivas na tentativa de estabelecimentos destas relações.

Ao elaborarmos grandes categorias, podemos observar que o objetivo de uma parte das pesquisas é analisar o comportamento de cooperação (Fan, 2000; Alencar, 2010; Alencar & Yamamoto, 2008; Alencar, Siqueira & Yamamoto, 2008), os de outras, a compreensão dos aspectos contextuais envolvidos nestes comportamentos, como as influências de alguns ambientes no comportamento de trapaça (Jensen & Bahunan, 1974; Toner & Potts, 1981; Karniol, 1982; Ferraz, 1997; Reynolds & Ceranic, 2007; Rizzieri, 2008), ou então existem aquelas que buscam compreender os comportamentos de indisciplina (Luna, 2008) e finalmente as que buscam os aspectos do desenvolvimento moral neste comportamento (Pessotti, 2010; Pessotti, Ortega e Alencar, 2011, Pessotti, 2015).

Ainda de acordo com esta análise, foi possível notar que a maior parte dos estudos encontrados teve como objetivo a investigação da trapaça em instituições acadêmicas (Bowers, 1964; Leming, 1978; Perry, Kane, Bernesser & Spicker, 1990; McCabe & Treviño, 1993; Baldwin, Dougherty, Rowley & Scwarz, 1996; McCabe & Treviño, 1997; Harding, Carpenter, Finelli & Passow, 2004; Rettinger & Kramer, 2009; Teodorescu & Andrei, 2008). Acreditamos que este enfoque maior no contexto acadêmico possa ter influência das constantes queixas de professores, inclusive universitários, no que tange à cola e plágio, bem como suas influências (negativas) em situações educacionais (Pessotti, 2010).

Além disso, pudemos perceber que estas cinco categorias de trabalhos delimitaram as populações estudadas, ou seja, cada uma delas teve uma população específica, de crianças, jovens ou adultos. Na seção a seguir faremos esta explanação.

3.2 Os participantes

Foi possível notar que os objetivos dos estudos fizeram com que as buscas e delimitação dos participantes procedessem de diferentes formas. Assim, as pesquisas que buscaram compreender a trapaça no contexto acadêmico deram ênfase ao público do contexto universitário, independentemente da idade, sexo ou *status socioeconômico*, de modo que essas variáveis não fossem avaliadas diretamente.

Por outro lado, os trabalhos que enfatizaram os aspectos contextuais da trapaça, bem como

o desenvolvimento moral ou a indisciplina, delimitaram a sua população de acordo com a idade, independentemente do contexto em que a coleta de dados se inseria. Rizzieri (2008), por exemplo, observa seus participantes em situação de escola e sala de aula, mas analisa os aspectos subjetivos, relacionando idade dos participantes e aspectos da consciência e prática das regras.

Assim, podemos afirmar que as pesquisas em que o público estudado é o de crianças são: Fan (2000); Alencar (2010); Alencar e Yamamoto (2008); Alencar, Siqueira e Yamamoto (2008); Jensen e Bahunan (1974); Toner e Potts (1981); Karniol (1982); Ferraz (1997); Rizzieri (2008); Luna (2008); Pessotti (2010); Pessotti, Ortega e Alencar (2011). Em contrapartida, as que possuem em seu corpo de participantes jovens, adultos e idosos ao mesmo tempo são exatamente as que buscam compreender a trapaça nas instituições acadêmicas, a saber: Bowers (1964); Leming (1978); Perry, Kane, Bernesser e Spicker (1990); McCabe e Treviño (1993); Baldwin, Dougherty, Rowley e Scwarz (1996); McCabe e Treviño (1997); Harding, Carpenter, Finelli e Passow (2004); Rettinger e Kramer (2009); Teodorescu e Andrei (2008).

Destacamos que, no que concerne ao estudo do comportamento de trapaça na universidade, que o trabalho de Reynolds e Ceranic (2007) é o único que investiga a influencia do juízo ou da identidade moral, ou seja, componentes subjetivos da moralidade no comportamento moral de estudantes universitários. Ressaltamos que este aspecto foi investigado, predominantemente, em crianças.

3.3 Os instrumentos e procedimentos de coleta de dados

No que tange aos instrumentos e procedimentos de coleta de dados, ressaltamos ao leitor que preferimos abordar estes dois tópicos em conjunto devido à variedade de metodologias aplicadas pelos pesquisadores em torno do estudo da trapaça.

Em linhas gerais, verificamos que nove pesquisas utilizaram como instrumento somente o **Questionário**, sendo que todas elas objetivavam estudar a desonestidade acadêmica. São elas: Harding, Carpenter, Finelli e Passow (2004); Reynolds e Ceranic (2007); Bowers (1964); Perry, Kane, Bernesser e Spicker (1990); McCabe e Treviño (1993); McCabe e Treviño (1997); e Teodorescu e Andrei (2008). Estes questionários continham elementos que englobavam (a) as experiências de desonestidade dos participantes, (b) como se dava a decisão de violar as regras, (c) os contextos em que surgem os comportamentos desonestos, (d) as trapaças observadas no cotidiano e (e) os comportamentos desonestos percebidos nos colegas.

O procedimento destas se deu praticamente da mesma forma: os alunos das instituições

recebiam os questionários, que poderiam ser de papel ou versões *on line*, e eram convidados a respondê-los anonimamente. Aqueles que respondiam os questionários via papel, os devolviam em caixas espalhadas pelas universidades ou pelo correio, enquanto os que respondiam as versões *on line* faziam uso de programas específicos.

No que se refere à **Observação**, foi possível notar que três pesquisas fizeram uso apenas deste instrumento, a saber: Alencar (2010); Alencar, Siqueira e Yamamoto (2008) e Luna (2008). Em todas elas os pesquisadores buscavam observar os comportamentos de crianças em situação de jogo. Apesar deste objetivo em comum, pedimos licença ao leitor para que possamos falar delas separadamente, em função das diferenças existentes em seus procedimentos. Julgamos ser interessante abriremos este parêntese devido à riqueza do material encontrado.

Alencar (2010) e Alencar, Siqueira e Yamamoto (2008) utilizaram de metodologias bastante parecidas, pois este observou a atuação de crianças no *Jogo dos Bens Comuns* e aquele utilizou, além do jogo já mencionado, a *Tragédia dos bens comuns*. No *Jogo dos Bens Comuns* a criança recebe três objetos (estes podem ser biscoitos, *wafers*, barras de chocolates, etc.) e deve doar quantos quiser ao grupo, dentro de um envelope e atrás de um biombo para que nenhum dos participantes possa vê-lo. Os pesquisadores utilizam o parâmetro de que a doação de três objetos significa cooperação máxima enquanto a ausência de doação corresponderia à trapaça. Os pesquisadores também informam que, ao final da partida, eles juntarão todos os envelopes, os abrirão e ainda adicionarão mais dois objetos a cada um doado. Por fim, as doações serão somadas e divididas igualmente entre os participantes.

Na *Tragédia dos Bens Comuns* as crianças são sorteadas a irem até o biombo para pegar até dois objetos. Como eles estarão às escondidas, os demais participantes não percebem caso alguém pegue algum objeto a mais. Porém, os pesquisadores podem captar isso, pois possuem espelho unidirecional que dá acesso ao biombo.

Em relação às demais pesquisas, todas utilizam instrumentos e procedimentos **mistos**, em que a combinação mais frequente foi de entrevista e observação. Falaremos brevemente de cada uma delas a seguir.

Ferraz (1997) utilizou como instrumento a observação e a entrevista. Ele filmou partidas de futebol dos seus participantes (todos eram meninos) e, posteriormente, os entrevistou, por meio da técnica do Método Clínico Piagetiano sobre o modo como eles jogavam futebol.

Já Rettinger e Kramer (2009) coletaram seus dados por meio de questionário e do *Logo*

II. O questionário foi aplicado de forma semelhante às citadas em páginas anteriores, porém o segundo instrumento diferencia este trabalho dos demais. Este diz respeito a uma escala que avalia a motivação intrínseca e a motivação extrínseca da trapaça e complementa a investigação dos fatores culturais e dos fatores subjetivos da ação moral.

Por sua vez, Fan (2000) fez uso do *Jogo de Cartas do Dilema dos prisioneiros* e de palestras de cooperação. Em sala de aula, a pesquisadora dividia a turma em duplas, ensinava o jogo e observava os comportamentos das crianças durante o jogo. Em um outro encontro, a pesquisadora fazia uma palestra em que incentivava o comportamento cooperativo. Por fim, ela fazia mais um encontro em que as crianças jogavam novamente e observava se a cooperação havia aumentado ou diminuído.

Já Leming (1978) utilizou o *Dit 2*, que consiste em um instrumento de avaliação do nível de desenvolvimento moral, e o *Teste dos Círculos de Hartshorne e May*, um jogo de memória, no qual os participantes tentam memorizar a localização de nove círculos de vários tipos em um pedaço de papel e são instruídos a fechar seus olhos e escrever os números de 1 a 9 nos círculos correspondentes. Depois de cinco tentativas, eles foram solicitados a corrigir os próprios testes e escrever a pontuação obtida em um gabarito, denominado ‘caixa de pontos’. Este material é avaliado a fim de verificar a incidência de trapaça.

Jensen e Bahunam (1996) e Toner e Potts (1981) utilizaram de observação e entrevista e de metodologias bastante semelhantes. Em uma sala de brinquedos, observaram comportamentos de crianças por meio de um espelho unidirecional. Durante o experimento, o pesquisador, que se encontrava na sala brincando com a criança, dizia que precisava sair e pedia que a criança não mexesse nos doces e em alguns brinquedos. Neste momento, Jensen e Bahunam (1996) diziam o que aplicariam sanções, caso estes objetos fossem tocados, ou recompensas caso não fossem enquanto Toner e Potts (1981) apenas observavam as crianças por meio do espelho unidirecional. Assim, a dupla de pesquisadores saía da sala e permanecia fora dela durante 15 minutos, fazendo as observações.

Karniol (1982) utiliza duas metodologias diferentes em um mesmo estudo: na primeira, faz uso de “dilemas morais” sobre justiça imanente, um teste cognitivo (montado a partir do Raven e do Wisc) e *Labirintos* (em que a criança deve passar o lápis na folha, chegando ao final do labirinto sem tirá-lo da mesma. Eram três labirintos e somente nesta condição a criança poderia partir para o próximo labirinto), enquanto na segunda, utiliza apenas de entrevista com uma

sequência de dilemas morais sobre justiça imanente, com o foco em transgressão de regras.

Por outro lado, Rizzieri (2008) utilizou de entrevistas e observação em sua pesquisa. No primeiro momento, aplicou em seus participantes sete provas piagetianas sobre moralidade a fim de avaliar o desenvolvimento moral dos participantes. Posteriormente, a pesquisadora observava as aulas de educação física, a fim de verificar a correspondência entre prática e consciência das regras.

Pessotti (2010) aplica três instrumentos, sendo uma entrevista sobre uma situação de trapaça com o *Jogo da Velha*, uma observação com o *Jogo Cara a Cara* e uma entrevista pós-jogo. O participante respondia à entrevista e participava de um campeonato com o *Jogo Cara a Cara*. Neste a pesquisadora saía da sala com o pretexto de resolver um problema e observava, por meio do espelho unidirecional, se a criança trapacearia em sua ausência de cinco minutos. A entrevista pós-jogo era realizada ao final do campeonato e a criança era indagada sobre o que aconteceu na sala enquanto ela estava sozinha.

Pessotti, Ortega e Alencar (2011) utilizaram uma entrevista em que faziam a narração de uma história sobre uma situação de trapaça no *Jogo da Velha*, na qual a criança deveria fazer um juízo da ação da trapaça, pois os pesquisadores buscavam conhecer o juízo moral da criança a respeito da trapaça.

Por fim, Pessotti (2015) desenvolveu o Instrumento de Avaliação do Nível de Desenvolvimento Moral (IANDM) e por meio dele avaliou o nível de desenvolvimento moral dos participantes, realizando em seguida um experimento por meio do jogo cara-a-cara e uma entrevista após o jogo, com o intuito de analisar a existência ou não de dissonâncias acerca dos dois aspectos investigados. Vale destacar que a pesquisadora ainda desenvolveu índices que denominou Nível de Trapaça, no qual analisava a relação entre o comportamento e o discurso acerca deste comportamento.

Com este breve panorama fica possível observar a diversidade de metodologias já existentes que possibilitam o estudo da trapaça. Também foi possível notar que, na maioria delas, o objetivo real da investigação não é exposto aos participantes, até porque o contrário impossibilitaria o estudo deste comportamento, uma vez que os participantes ficariam atentos ao que seria observado. Esse aspecto gera uma série de discussões éticas em torno deste tipo de trabalho, que geralmente são abrandadas devido à impossibilidade exposta atualmente de outras formas de investigação.

Desse modo, foi possível notar que apenas os estudos que se utilizam de questionários esclarecem aos participantes os propósitos de pesquisa.

3.4 As áreas de conhecimento e referenciais teóricos

Por fim, analisamos as áreas de conhecimento das pesquisas, bem como os referenciais teóricos que embasaram os estudos em torno da trapaça. Notamos que todos os trabalhos são pertencentes às Ciências Humanas, mais especificamente a Psicologia.

Quanto aos referenciais teóricos, dos 22 trabalhos analisados, apenas 15 deixaram claro um referencial teórico em que suas pesquisas eram fundamentadas. Os demais utilizaram-se apenas de revisões de literaturas sobre o tema. A Figura 2 demonstra esse panorama:

Referencial teórico	Quantidade de trabalhos	Referência
Jean Piaget	07	Ferraz (1997), Karniol (1982), Toner e Potts (1981), Rizzieri (2008), Luna (2008), Pessotti (2010), Pessotti, Ortega e Alencar (2010), Pessotti (2015).
Laurence Kohlberg	02	Reynolds e Ceranic (2007), Leming (1978).
Psicologia evolucionista	03	Alencar (2010), Alencar, Siqueira e Yamamoto (2008), Alencar e Yamamoto (2008).
Comparações entre Piaget e Kohlberg	01	Jensen e Bahunan (1974)
Outros	08	Bowers (1964); Perry, Kane, Bernesser e Spicker (1990); McCabe e Treviño (1993); Baldwin, Dougherty, Rowley e Scwarz (1996); McCabe e Treviño (1997); Harding, Carpenter, Finelli e Passow (2004); Rettinger e Kramer (2009); Teodorescu e Andrei (2008);

Figura 2: Relação entre referenciais teóricos e trabalhos pesquisados.

Foi possível observar que os trabalhos que avaliam as possíveis relações entre elementos do juízo moral, da personalidade ou da identidade e os comportamentos desonestos utilizam como referencial teórico as teorias de Piaget ou de Kohlberg, enquanto os que avaliam os aspectos da cooperação fundamentam-se a partir da psicologia evolucionista e da teoria dos jogos.

As pesquisas que estudam os comportamentos desonestos na academia utilizam-se mais de revisões bibliográficas sobre o tema do que a um referencial teórico específico. Avaliamos que isso possa ter relação com a dificuldade, também encontrada por nós, de encontrar trabalhos que abordem e expliquem teoricamente os fatores causais e contextuais deste comportamento.

Também acreditamos que o caráter exploratório destes estudos possa ter repercutido neste aspecto, uma vez que se nota a exploração da realidade em busca de maior familiaridade com o problema, a fim de torná-lo mais explícito e/ou construir hipóteses (Gil, 1998).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a explanação da literatura revisada até então, concordamos com Blasi (1980) que afirma que, no estudo das ações morais, esbarramos em uma série de barreiras metodológicas que exigem precisão nas definições dos aspectos estudados e ainda a necessidade da ampliação nos fatores a serem analisados. É possível observar nas páginas anteriores, a variedade de métodos utilizados para a discussão da ação moral, bem como a diversidade de conceitos e hipóteses formuladas a partir deles.

Ressaltamos ainda que dos 22 trabalhos revisados, nove investigaram a trapaça em **universidades** ou **escolas** (Bowers, 1964; Perry et al., 1990; McCabe & Treviño, 1993; McCabe, 1997; Baldwin et al., 1996; Harding et al., 2004; Teodorescu & Andrei, 2008; Leming, 1978; Rettinger & Kramer, 2009), enquanto os demais abordam temas variados.

Quanto aos objetivos das pesquisas mencionadas até então, 13 estudaram diretamente os **comportamentos de trapaça** (Pessotti, 2015; Pessotti, 2010; Pessotti, Ortega & Alencar, 2011; Alencar, 2010; Alencar, Siqueira & Yamamoto, 2008; Leming, 1978; Harding et al., 2004; Rettinger & Kramer, 2009; Baldwin et al., 1996; McCabe, 1997; McCabe e Treviño, 1993; Perry et al., 1990; Bowers, 1964), enquanto os demais tiveram **outros objetivos** (como Luna [2008], que investigou comportamentos de indisciplina em oficinas de jogos), mas obtiveram a trapaça como um dos resultados e analisaram suas influências.

Também gostaríamos de destacar que das pesquisas analisadas, 10 tiveram como participantes **crianças** (Fan, 2000; Jensen & Bahunan, 1974; Karniol, 1982; Toner e Potts, 1981;

Reynolds & Ceranic, 2007; Rizzieri, 2008; Luna, 2008; Alencar, 2010; Alencar, Siqueira & Yamamoto, 2008; Pessotti, Ortega & Alencar, 2011; Pessotti, 2010), oito, **adolescentes** (Bowers, 1964; Perry et al., 1990; McCabe & Treviño, 1993; McCabe, 1997; Baldwin et al., 1996; Harding et al., 2004; Teodorescu & Andrei, 2008; Leming, 1978), uma **adultos** (Rettinger & Kramer, 2009) e duas **adolescentes e crianças** (Pessotti, 2015; Ferraz, 1997).

No que tange ao **referencial teórico piagetiano**, destacamos que somente sete seguem esse foco de análise (Ferraz, 1997; Karniol, 1982; Rizzieri, 2008; Luna, 2008; Pessotti, 2010; Pessotti, Ortega e Alencar, 2011; Pessotti, 2015).

Após a pesquisa, ficou ainda mais evidente que as questões relacionadas à trapaça precisam ser mais estudadas por causa das suas interferências nas relações e contextos em que estão inseridas. Afinal, é notório o quanto nosso país sofre atualmente com as consequências das grandes e das pequenas corrupções em todas as áreas.

Nossas preocupações advêm das conclusões como as de Harding, Carpenter, Finelli e Passow (2004), que mostram como aqueles que mantêm comportamentos desonestos na vida escolar tendem a continuar a apresentar esse tipo de comportamento em situações cotidianas na vida adulta, como na profissão. Com base na revisão de literatura realizada, ficou evidente que as escolas têm reforçado práticas em torno da coerção e do respeito unilateral e, com isso, perpetuado uma educação com práticas voltadas para a heteronomia.

Desse modo, os dados coletados e analisados demonstram a importância cada vez maior de pensarmos as práticas educativas tanto nas escolas quanto na sociedade em sua totalidade. Além disso, os dados contribuem para refletirmos a respeito da importância de uma educação em valores morais, a fim de se construir uma sociedade mais justa e com valores direcionados para a equidade.

Em suma, fica evidente a importância da intervenção por meio dos projetos de educação em valores morais para promover reflexões sobre questões e comportamentos morais como um estímulo para a construção de valores autônomos e éticos. Além disso, consideramos que um conhecimento mais aprofundado sobre questionamentos a respeito dos comportamentos desonestos pode propiciar intervenções mais eficazes no que tange à promoção do desenvolvimento moral de crianças, jovens e adultos em contextos escolares, familiares, de trabalho, entre outros. Isso porque, vale ressaltar, que existe uma lacuna na Psicologia referente à avaliação e à intervenção da ação moral, uma vez que a moralidade vem sendo estudada prioritariamente sob o prisma do juízo.

5. REFERÊNCIAS

- ALENCAR, A. I. (2010). Boas e más razões para cooperar do ponto de vista de crianças - uma análise evolucionista. *Estudos de Psicologia*, Natal, 15 (1), 89-96.
- ALENCAR, A. I., SIQUEIRA, J. O., & YAMAMOTO, M. E. (2008). Does group size matter? Cheating and cooperation in brazilian school children. *Evolution and Human behavior*, 29, 42-48.
- ALENCAR, A. I., & YAMAMOTO, M. E. (2008). A teoria dos jogos como metodologia de investigação científica para a cooperação na perspectiva da psicologia evolucionista. *Revista Psico*, Rio Grande do Sul, 39 (4), 522-529.
- BALDWIN, D. C. JR, DOUGHERTY, S. R., ROWLEY, B. D., & SCWARZ, M. D. (1996). Cheating in medical school: a survey of second-year students at 31 schools. *Academic Medicine*, 71 (3): 267-273.
- BAUMAN, Z. (2001). *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Zahar
- BLASI, A. (1980). Bridging moral cognition and moral action: a critical review of the literature. *Psychological Bulletin*, 88 (1), 1-45.
- BOWERS, W. J. (1964). *Student dishonesty and its control in college*. New York: Bureau of Applied Social Research, Columbia University.
- BURRUS, R. T., MCGOLDRICK, K. M., & SCHUHMANN, P. W. (2007). Self-reports of student cheating: Does a definition of cheating matter? *Journal of economic education*, 38 (1), 3-16.
- CORTELLA, M. S., & LA TAILLE, Y. (2009). *Nos labirintos da moral*. São Paulo: Papirus 7 Mares.
- FAN, C. P. (2000). Teaching children cooperation - An application of experimental game theory. *Journal of Economic Behavior & Organization*, 41, 1191- 1209.
- FERRAZ, O. L. (1997). O desenvolvimento da noção das regras no jogo de futebol. *Revista Paulista de Educação Física*. São Paulo, 11 (1), 27-39.
- GIL, A.C. (1998). *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas.
- HARDING, T. S., CARPENTER, D. D., FINELLI, C. J., & PASSOW, H. J. (2004). Does academic dishonesty relate to unethical behavior in professional practice? An exploratory study. *Science and engineering ethics*, 10 (2), 1-14.
- JENSEN, L., & BUHANAN, K. (1974). Resistance to temptation following three types of motivational instructions among four, six and eight year old female children. *Journal of Genetic Psychology*, 125 (1), 51-59.
- KARNIOL, R. (1982). Behavior and cognitive correlates of various immanent justice responses in

children: deterrent versus punitive moral systems. *Journal of Personality and Social Psychology*, 43(4), 811-820.

LEMING, J. S. (1978). Cheating behavior, situational influence and moral development. *Journal of Educational Research*, 71 (4), 214-217.

LUNA, F. G. (2008). *A (in)disciplina em oficinas de jogos*. Dissertação de mestrado não-publicada, Universidade de São Paulo, São Paulo.

LA TAILLE, Y. (1992). Desenvolvimento do juízo moral e afetividade na teoria de Piaget. In Y. DE LA TAILLE, M. K. OLIVEIRA & DANTAS, H. *Piaget, Vygotsky, Wallon: teorias psicogenéticas em discussão* (pp. 47-73). São Paulo: Summus.

LA TAILLE, Y. (2006). *Moral e ética: dimensões intelectuais e afetivas*. Porto Alegre: Artmed.

MACEDO, L. (2002). *Ensaio Construtivistas*. São Paulo: Casa do Psicólogo (Trabalho original publicado em 1994).

MCCABE, D. L., & TREVIÑO, L. K. (1993). Academic dishonesty: Honor codes and other contextual influences. *Journal of Higher Education*, 64, 522-538.

MCCABE, D. L., & TREVIÑO, L. K. (1997). Individual and contextual influences on academic dishonesty: A multicampus investigation. *Research in Higher Education*, 38, 379-396.

PERRY, A. R., KANE, K. M., BERNESSER, K. J., & SPICKER, P. T. (1990). Type A behavior, competitive achievement-striving, and cheating among college students. *Psychological Reports*, 66, 459-465.

PESSOTTI, A. M. (2010). *Moralidade e trapaça: um estudo com crianças de 5 e 10 anos*. Dissertação de Mestrado não publicada, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória.

PESSOTTI, A. M.; ORTEGA, A. C. & ALENCAR, H. M. (2011). Juízo moral e trapaça em uma perspectiva psicogenética. *Ciências & Cognição*, 16 (3), 167-185.

PESSOTTI, A. M. (2015). *Desenvolvimento moral e trapaça: um estudo com crianças e adolescentes*. Tese (Doutorado em Psicologia) – Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória.

PIAGET, J. (1994). *O juízo Moral na criança*. (E. Lenardon, trad.). São Paulo. Summus.

REYNOLDS, S. J., & CERANIC, T. L. (2007). The Effects of Moral Judgment and Moral Identity on Moral Behavior: An Empirical examination of the Moral Individual. *Journal of Applied Psychology*, 92 (6), 1610-1624

RETTINGER, D. A., & KRAMER, Y. (2009). Situational and personal causes of student cheating. *Higher Education*, 50 (3), 293-313.

RIZZIERI, L. (2008). *O jogo como dono da bola e a regra como dona do jogo: um estudo sobre a construção da moralidade infantil*. Dissertação de Mestrado não-publicada, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá.

SUPON, V. (2008). Teachers: Recognize important steps to reduce cheating. *Journal of Instructional Psychology*. 35 (4), 376-379

TEODORESCU, D., & ANDREI, T. (2009). Faculty and peer influences on academic integrity: college cheating in Romania. *High Education*, 57, 267–282.

TONER, I. J., & POTTS, R. (1981). The effect of modeled rationales on moral behavior, moral choice, and level of moral judgment in children. *Journal of Psychology*. 107 (2), 153-162.

Data do envio: 18 de setembro de 2018

Data do aceite: 05 de março de 2021

Data da publicação em ahead of print: 14 de abril de 2021

Como citar:

PESOTTI, Alice Melo. Trapaça: um panorama sobre as investigações do tema. **Revista Científica Foz**, São Mateus, Espírito Santo, v.3 n.2, p. 359-378, ago/dez, 2020. Disponível em:_____. Acesso em:_____.